

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do reequilíbrio financeiro

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 a Companhia reconhece o pleito de recomposição patrimonial da alíquota de ISSQN “Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza” sobre as remunerações das contraprestações mensais e aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável do Complexo Hospitalar de Sorocaba.

Devido a relevância, subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (a) Avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de atualização do Reequilíbrio adotado pela Companhia;
- (b) Avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia;
- (c) Teste documental, em base amostral, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente;
- (d) Recalculo da atualização monetária de multa e juros;
- (e) Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e legal opinon dos advogados da Companhia;
- (f) Teste documental sobre os recebimento ocorridos;
- (g) Avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023		Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.587	5.514	Fornecedores	-	1.461	4.484
Ativo financeiro de concessão	6	50.827	49.405	Empréstimos e financiamentos	9	7.958	7.007
Contas a receber	7	6.033	6.136	Arrendamento Mercantil	12	411	383
Impostos e contribuições a compensar	-	1.571	1.140	Obrigações e encargos trabalhistas	10	2.762	2.717
Adiantamento a fornecedor	-	384	729	Obrigações tributárias	11	13.961	2.903
Outras contas a receber	-	291	359	Partes relacionadas	-	13	12
		<u>65.693</u>	<u>63.283</u>			<u>26.566</u>	<u>17.506</u>
Não circulante				Empréstimos e financiamentos			
Realizável a longo prazo					9	68.319	76.007
Contas a receber	7	9.040	31.177	Partes relacionadas	-	-	381
Impostos diferidos	13.1	9.677	7.743	Impostos diferidos	13.2	72.398	77.785
Ativo financeiro de concessão	6	164.017	166.003	Provisões	14	28.461	22.798
		<u>182.734</u>	<u>204.923</u>	Receita diferida	15	2.205	2.406
						<u>171.383</u>	<u>179.376</u>
						<u>197.949</u>	<u>196.882</u>
Ativo Imobilizado				Patrimônio líquido			
Ativo intangível	8	13	17	Capital social	16.1	30.457	30.457
		<u>905</u>	<u>1.442</u>	Reserva legal	-	6.090	6.090
		<u>183.652</u>	<u>206.382</u>	Reserva de lucros	-	14.849	36.237
						<u>51.396</u>	<u>72.783</u>
Total do ativo		<u><u>249.345</u></u>	<u><u>269.665</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>249.345</u></u>	<u><u>269.665</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas líquidas	-	65.517	71.795
Custos dos serviços prestados	18	(56.062)	(56.285)
Lucro bruto	17	9.455	15.511
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(9.104)	(8.574)
Outras despesas/receitas operacionais	-	(1.724)	(1.522)
Lucro antes do resultado financeiro		(1.373)	5.415
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	50.862	61.862
Despesas financeiras	21	(12.479)	(13.172)
		38.383	48.690
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		37.010	54.105
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	13.3	(19.307)	(12.747)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	13.3	5.409	(4.129)
Lucro líquido do exercício		23.112	37.230

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>23.112</u>	<u>37.230</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>23.112</u></u>	<u><u>37.230</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros do período	Total do patrimônio líquido
		Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		30.457	7.272	34.194	-	71.924
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.230	37.230
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	37.230	(37.230)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(32.523)	-	(32.523)
Antecipação de Dividendos 2023	-	-	-	(993)	-	(993)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.853)	-	(2.853)
Reversão da Reserva Legal	-	-	(1.182)	1.182	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		30.457	6.090	36.237	-	72.784
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.112	23.112
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	23.112	(23.112)	-
Antecipação de Dividendos 2024	-	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Distribuição de lucros	-	-	-	(29.236)	-	(29.236)
Antecipação de Dividendos 2025	-	-	-	(8.264)	-	(8.264)
Saldos em 31 dezembro de 2024		30.457	6.090	14.849	-	51.396

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/203
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.010	54.106
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variações monetárias sobre ativo financeiro de concessão	(46.219)	(50.966)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	9.169	10.267
Provisões	5.663	5.269
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins)	(1.912)	691
Receitas diferidas	-	(212)
Depreciações e amortizações	541	539
	4.252	19.694
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	46.783	44.840
Contas a receber de clientes	103	(454)
Reequilíbrio financeiro	22.137	(5.390)
Impostos e contribuições a compensar	(431)	1442
Outras contas a receber	346	(371)
Fornecedores	(3.224)	1.507
Conta corrente com partes relacionadas	69	(24)
Obrigações e encargos trabalhistas	45	555
Obrigações tributárias	11.058	(1.054)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(19.307)	(12.747)
Pagamento de juros e principal arrentamento mercantil - CPC 06	-	(236)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	61.831	47.762
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições intangível	-	(163)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	(163)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Empréstimos e financiamentos		
Pagamento de principal	(7.088)	(3.722)
Pagamento de juros	(8.818)	(10.416)
Conatas Correntes Partes Relacionadas	(352)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	(16.258)	(14.138)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	(44.500)	(33.514)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(2.853)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com acionistas	(44.500)	(36.367)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.073	(2.906)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	5.514	8.420
No fim do período	6.587	5.514
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.073	(2.906)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços não assistenciais previstos no contrato de concessão "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O complexo hospitalar de Sorocaba foi concluído em março de 2018 onde a Companhia iniciou as operações de serviços Bata Cinza. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

2. Base de elaboração, apresentação e políticas contábeis materiais e outras informações

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 17 de fevereiro de 2025.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Práticas contábeis materiais e outras informações adotadas

3.1. Pronunciamentos novos aplicados pela primeira vez em 2024:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

A Companhia avaliou as normas aplicas esse ano e concluiu que não houve impactos significativo em suas demonstrações financeiras.

3.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimentos até três anos, indexadas ao CDI e baixo risco de crédito, por serem emitidos ou geridos por bancos de primeira linha, são mantidas com a finalidade de rentabilizar o caixa de curto prazo.

3.3. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

3.4. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro (vide Nota Explicativa nº 7) junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo Poder Concedente.

A recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão. Atendendo às regras do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, o reequilíbrio financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia quando a entrada dos benefícios econômicos é praticamente certa.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por retenções na fonte de imposto de renda, créditos de pagamento a maior, antecipações e saldos negativos de IRPJ e CSLL.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.10. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.11. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

3.12. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez eficaz para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	2.692	258
Títulos e valores mobiliários		
Banco Bradesco S.A.	-	4.300
Banco Santander S/A.	1.065	956
Banco Itaú	2.830	-
	<u>6.587</u>	<u>5.514</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's, compromissadas com Lastro de Terceiros e Fundos de Investimentos com compromisso de recompra pelos bancos emissões com rentabilidade que variam entre 89% a 107% do CDI.

6. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Movimentações</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo financeiro	372.990	-	372.990
Atualização ativo financeiro	256.172	46.219	302.391
Recebimentos de aportes	(192.489)	-	(192.489)
Recebimentos contraprestações fixas	(221.265)	(46.735)	(268.000)
Retenção na fonte de contraprestações fixas	-	(48)	(48)
	<u>215.408</u>	<u>(564)</u>	<u>214.844</u>
		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		49.405	50.827
Não circulante		166.003	164.017

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

7. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Parcela variável	5.817	5.944
Reequilíbrio financeiro	9.040	31.177
Receitas acessórias	236	222
Direito de exploração	(20)	(29)
	<u>15.073</u>	<u>37.313</u>
Circulante	<u>6.033</u>	<u>6.136</u>
Não circulante	<u>9.040</u>	<u>31.177</u>

A linha “Direito de Exploração” refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

Abaixo, segue movimentação dos valores de reequilíbrio financeiro:

	31/12/2023	Reequilíbrio	Atual. Financeira	Recebimento / Baixa	31/12/2024
Diferencial de alíquotas ISS (a)	27.458	9.092	37	(27.547)	9.040
Triênio (b)	3.719	-	-	(3.719)	-
Desconto contraprestação Covid-19 (c)	-	60	-	(60)	-
	<u>31.177</u>	<u>9.152</u>	<u>37</u>	<u>(31.326)</u>	<u>9.040</u>

(a) Para a formação da proposta comercial, o Edital previu que os licitantes deveriam considerar a incidência sobre a remuneração (aportes e contraprestações) uma alíquota de 2% (dois por cento) a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). No entanto, a alíquota prevista no município de Sorocaba é de 5% e a Companhia vem arcando com o encargo tributário superior àquele previsto em sua proposta contratada. Em dezembro de 2024, foi reconhecido pela Secretaria de Saude do Estado de São Paulo o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de divergências de alíquotas do ISS pagas sobre contraprestações. O Montante reconhecido pela SES foi de R\$ 35.044 mil sendo recebido da em dez/24 R\$ 27.657 mil e o saldo de R\$ 7.840 mil a ser recebido até 30/08/2025.

(b) Em maio de 2023, a procuradoria Geral do Estado de São Paulo emitiu parecer favorável no qual reconheceu a aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável do Complexo Hospitalar de Sorocaba. O reajuste leva em consideração a variação de custos de mão-de-obra comparados aos índices da inflação conforme previsto na Cláusula 25.2 dos contratos de concessão administrativa.

Em dezembro de 2024, foi recebido o montante de R\$ 2.422, conforme Ofício nº 625/2024, que representa a totalidade do reequilíbrio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

8. Intangível

Intangível	Custo	Amortização	31/12/2024	31/12/2023
			Líquido	Líquido
Direito de uso do ativo	1.990	(1.608)	382	694
Softwares	773	(297)	476	631
Computadores	183	(136)	47	116
	2.945	(2.041)	905	1.442

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Taxas contratuais	Vencimento final	31/12/2024		31/12/2023	
			Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos						
BNDES - Ponte A	IPCA + 3,17% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	438	5.699	6.137	6.481
BNDES - Ponte B	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	1.614	20.855	22.469	23.740
BNDES - Capital de giro	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	2.064	26.669	28.733	30.359
(-) Custos na captação de recursos			(112)	(656)	(768)	(879)
			4.004	52.567	56.571	59.701
Debêntures						
1ª emissão de debêntures	CDI + 3,60% a.a.	Setembro de 2029	3.422	15.588	19.010	22.063
(-) Custos na captação de recursos			(175)	(348)	(523)	(716)
			3.247	15.240	18.487	21.347
Arrendamento Mercantil						
Daycoval leasing - Banco Múltiplo S.A	Leasing financeiro 2.89% a.m.		734	518	1.252	2.053
(-) Ajuste a valor presente			(27)	(6)	(33)	(85)
			707	512	1.219	1.968
			7.958	68.319	76.277	83.014

Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de Sorocaba.

a) Em 05 de julho de 2023 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Banco Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ 1.974 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de Sorocaba.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Saldos no início do exercício	83.014
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	9.169
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(7.088)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(9.125)
Custo na emissão de empréstimos e financiamentos	307
Saldo no final do exercício	76.277

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:

Empréstimos

	2026	2027	2028	2029 a 2034	Total
Ponte A	447	491	539	4.222	5.699
Ponte B	1.645	1.806	1.978	15.426	20.855
Capital de Giro	2.104	2.309	2.529	19.727	26.669
	<u>4.196</u>	<u>4.606</u>	<u>5.046</u>	<u>39.375</u>	<u>53.223</u>

Debêntures

	2026	2027	2028	2029 a 2034	Total
Banco Bradesco	3.698	4.090	4.523	3.277	15.588
	<u>3.698</u>	<u>4.090</u>	<u>4.523</u>	<u>3.277</u>	<u>15.588</u>

Leasing

	2026	Total
Banco Daycoval	518	518
	<u>518</u>	<u>518</u>

Garantias da operação

A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias (CPP) à Companhia.

Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, carta fiança junto ao Banco Itaú.

	Contrato	Data de abertura	Data vencimento	Saldo
Fiança BNDES	421090142000	19/10/2021	18/08/2025	737
Fiança BNDES	421090142100	19/10/2021	18/08/2025	2.680
Fiança BNDES	421090142200	19/10/2021	18/08/2025	3.426
				<u>6.843</u>

Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,20;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Após o atingimento do completion físico e financeiro, a Companhia poderá realizar pagamentos aos sócios ou acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício social, observando as seguintes condições:

ICSD igual ou superior a 1,30 - a beneficiária poderá distribuir recursos, independente da anuência prévia do BNDES;

ICSD inferior a 1,30 e superior a 1,20 - a beneficiária poderá distribuir até 25% do resultado, independente de anuência prévia do BNDES;

ICSD inferior a 1,20, fica a beneficiária vedada a distribuição de resultados sem prévia anuência do BNDES.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio Líquido	51.395	72.783
Ativo Total	<u>249.344</u>	<u>269.666</u>
ICP	<u>0,21</u>	<u>0,27</u>

ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,20

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Geração Operacional de Caixa	26.659	38.046
Ebitda ajustado	45.966	50.793
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	(19.307)	(12.747)
Serviço da dívida	15.459	16.432
Pagamento de juros	9.128	10.416
Pagamento de principal	<u>6.331</u>	<u>6.016</u>
ICSD	<u>1,72</u>	<u>2,32</u>

ICSD - Índice sobre cobertura da dívida igual ou superior a 1,20

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

10. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de férias e encargos	1.446	1.389
Ordenados e salários a pagar	611	634
INSS a pagar	388	387
IRRF a pagar	186	184
FTGS a pagar	114	120
Empréstimo Consignado	14	
Outros	3	3
	<u>2.762</u>	<u>2.717</u>

11. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cofins a recolher	2.425	760
ISS a recolher	2.000	487
IRPJ a recolher	5.996	588
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	105	259
CSLL a recolher	2.851	229
INSS retido na fonte	32	247
Pis a recolher	496	159
ISS retido na fonte	43	121
IR retido na fonte	4	20
ICMS a recolher	9	33
	<u>13.961</u>	<u>2.903</u>

12. Arrendamento Mercantil

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Locação de Imóvel	411	383
Passivo circulante	<u>411</u>	<u>383</u>

A Companhia possui contrato de sublocação e compartilhamento de despesas do escritório administrativo. O contrato foi reconhecido como direito de uso no Ativo Intangível de acordo com as regras do CPC 06 - Arrendamento mercantil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

13. Impostos diferidos

13.1. Impostos de renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bases temporárias	22.770	17.525
Movimentação da base do diferido, líquidos	5.686	5.245
Base ajustada	28.456	22.770
Imposto de renda diferido	7.115	5.693
Contribuição social diferido	2.562	2.050
Imposto de renda e contribuição social registrados no ativo	9.677	7.743

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira.

13.2. Impostos diferidos registrados no Passivo

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R\$ 72.398 (R\$ 77.785 em 31 de dezembro de 2023), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	6.683	7.304
Variação monetária do ativo financeiro	34.553	31.995
Reequilíbrio financeiro	<u>2.260</u>	<u>6.753</u>
	43.496	46.052
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	2.406	2.630
Variação monetária do ativo financeiro	12.439	11.518
Reequilíbrio financeiro	<u>814</u>	<u>2.431</u>
	15.659	16.579
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	1.108	1.212
Variação monetária do ativo financeiro	898	831
Reequilíbrio financeiro	<u>97</u>	<u>410</u>
	2.102	2.453
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	5.114	5.590
Variação monetária do ativo financeiro	5.526	5.117
Reequilíbrio financeiro	<u>501</u>	<u>1.994</u>
	11.141	12.701
Total dos impostos diferidos passivos	<u>72.398</u>	<u>77.785</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

13.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no Resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2024	renda	Social	31/12/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	37.010	37.010	37.010	54.105	54.105	54.105
Adições	77.069	76.037	77.069	60.960	60.027	60.960
Realização da margem da construção	2.487	2.487	2.487	2.487	2.487	2.487
Realização da variação monetária	35.986	35.986	35.986	34.229	34.229	34.229
Bases temporárias	5.686	5.686	5.686	5.245	5.245	5.245
Reequilíbrio financeiro	31.329	31.328	31.328	17.345	17.345	17.345
Outras adições	1.581	550	1.581	1.654	721	1.654
Exclusões	55.932	55.932	55.932	76.757	76.757	76.757
Variação monetária sobre ativo financeiro de concessão	46.220	46.220	46.220	50.966	50.966	50.966
Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.853	2.853	2.853
Reequilíbrio financeiro	9.192	9.192	9.192	20.481	20.481	20.481
Reversão de provisão	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	520	520	520	2.457	2.457	2.457
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	58.148	57.116	58.148	38.308	37.376	38.308
Imposto calculado	(14.513)	(5.140)	(19.653)	(9.553)	(3.364)	(12.917)
(-) PAT Programa de atenção ao trabalhador	112	-	112	120	-	120
(-) PAT Doações	234	-	234	50	-	50
Impostos correntes registrados no resultado	(14.167)	(5.140)	(19.307)	(9.383)	(3.364)	(12.748)
Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2024	renda	Social	31/12/2023
Ativo financeiro de concessão	622	224	846	622	223	845
Variação monetária do ativo financeiro	(2.559)	(921)	(3.480)	(4.184)	(1.507)	(5.691)
Bases temporárias	1.422	512	1.934	1.311	472	1.783
Reequilíbrio financeiro	4.492	1.617	6.109	(784)	(282)	(1.066)
Impostos diferidos registrados no resultado	3.977	1.432	5.409	(3.036)	(1.095)	(4.128)

14. Provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para reinvestimento	28.461	22.774
Provisões para contingências	-	24
	28.461	22.798

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

A companhia está envolvida em outros processos cíveis e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perdas classificadas como possíveis, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para, eventualmente, fazer face aos desfechos desfavoráveis dos mesmos. O montante desse processo está assim composto:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contigência Cível	162.450	-
	<u>162.450</u>	<u>-</u>

15. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias no Hospital, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, no valor de R\$ 4.800 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação da receita será realizada pelo período de 17 anos (209 meses) de acordo com o contrato.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita diferida	2.205	2.406
	<u>2.205</u>	<u>2.406</u>

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital Social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 30.457, representado por 30.456.694 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizado.

16.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e a satisfação das Cláusulas restritivas - Covenants previstos no empréstimo com o BNDES e na emissão de debêntures (vide Nota 8), a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. Em 2024, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 37.500 mil referente a saldo da conta de reserva de lucros.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

17. Lucro bruto

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de concessão	73.267	70.532
Outras receitas	2.800 ▲	11.142
Tributos sobre concessão	(8.679)	(8.356)
Tributos sobre outras receitas	(1.761) ▲	(1.427)
Participação da Secretaria da Saúde sobre Receita	(110)	(96)
Receita operacional líquida (b)	<u>65.517</u>	<u>71.795</u>
(-) Custo da operação	<u>(56.062)</u>	<u>(56.285)</u>
Lucro bruto (a)	<u>9.455</u>	<u>15.511</u>
Margem % ((a) / (b))	<u>14,43%</u>	<u>21,60%</u>

18. Custos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços contratados	(22.194)	(20.457)
Custo com pessoal	(15.556)	(14.823)
Manutenção predial	(7.512)	(5.835)
Reposição do ativo financeiro	(1.464)	(3.852)
Serviços de TI	(3.412)	(3.509)
Provisão	(3.375)	(3.432)
Materiais e equipamentos hospitalares	(956)	(1.587)
Outros	(1.593)	(2.792)
Custos da operação	(56.062)	(56.285)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com pessoal	(6.434)	(5.784)
Serviços de terceiros	(753)	(1.349)
Depreciações e amortizações	(604)	(539)
Impostos e taxas	(346)	(290)
Outras receitas/despesas	(967)	(612)
	<u>(9.104)</u>	<u>(8.574)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

20. Receitas financeiras

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Variações monetárias sobre ativo financeiro	46.219	50.966
Variações monetárias ativas	5.660	12.102
Juros sobre aplicações financeiras	1.385	1.670
Outras receitas financeiras	79	158
Impostos sobre receitas financeiras	(2.481)	(3.034)
	<u>50.862</u>	<u>61.862</u>

21. Despesas financeiras

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Juros sobre empréstimos	(9.158)	(10.297)
Variações monetárias sobre reinvestimento	(2.311)	(1.813)
Comissões bancárias	(462)	(423)
Juros de mora	(105)	(172)
Juros sobre arrendamento	(51)	(68)
Outros	(392)	(414)
	<u>(12.479)</u>	<u>(13.172)</u>

22. Informações complementares de Ebitda

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	(1.373)	5.415
(+)depreciações/amortizações	604	539
Ebitda	<u>(769)</u>	<u>5.954</u>
(+) Parcela fixa - Ativo financeiro	46.735	44.840
Ebitda ajustado	<u>45.966</u>	<u>50.793</u>

23. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

<i>(em milhares de reais)</i>		Montante da
<u>Projeto</u>	<u>Ramo</u>	<u>Cobertura</u>
Pottencial Seguradora S/A	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	19.544
Tokio Marine	Riscos Nomeados	417.761
Fair Fax Brasil Seguros	Responsabilidade civil	10.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

24. Eventos Subsequentes

Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.